

Paper do NAEA

Volume 1, Número 3, Edição/Série 492

Patrimônios culturais como fundamento de práticas turísticas em comunidades extrativistas – Mosqueiro, Pará

Francisco Perpetuo Santos Diniz¹



RESUMO

Consideramos o patrimônio cultural como uma invenção do mundo moderno pautada na indústria cultural e na sociedade de consumo, legitimada com a reprodução capitalista do espaço da cidade através da urbano-industrialização. Esta mesma dinâmica expande-se em direção a áreas não citadinas que são subjugadas, subsumidas e subalternizadas pela lógica do urbano e construídas pelo marketing como locais de lazer, descanso, volta à natureza *in natura*, de raras belezas e como fuga do urbano. Buscando problematizar tal relação, selecionamos como lócus de estudo a comunidade extrativista Tucumandeua em Mosqueiro-PA. A pesquisa tem cunho dialético, o que nos permite compreender a dinâmica de turistificação de patrimônios culturais por processos socioespaciais contraditórios que envolvem o mundial e o local. O trabalho tem viés qualitativo, intercalando pesquisa bibliográfica e trabalho de campo. Os resultados demonstraram que os patrimônios culturais subalternos construídos cotidianamente por meio de práticas socioespaciais e locais de “populações tradicionais” devem referenciar práticas turísticas em ambientes amazônicos, pois invertem os padrões turísticos e patrimoniais dominantes e destoam de modelos universais abstratamente edificados.

Palavras-chave: Urbano. Mundo Moderno. Patrimônio Cultural. Produção do Espaço.

¹ Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – e-mail: fpsdiniz@gmail.com.

ABSTRACT

We consider cultural heritage as an invention of the modern world, which is based on the cultural industry and consumer society, as is legitimized by the capitalistic replication of the city space through urban-industrialization. These very dynamic forces are expanded towards non-city areas that are subjected, incorporated and subordinated by the logic of urbanization and are built through marketing as areas of leisure, relaxation, to return to pristine nature, of rare beauty and for an escape from urban areas. Seeking to problematize this relationship, we selected, as the study area, Tucumandeua extractive community, which is located in Mosqueiro in the Brazilian state of Pará. The research has a dialectical nature thus, permitting us to understand the dynamics of cultural heritage tourism by contradictory socio-spatial processes that involve the global and the local. This research has a qualitative approach in which bibliographic research and fieldwork are merged. The results showed that the subordinate cultural heritage that is built daily through socio-spatial and local practices of “traditional populations” must refer to tourist practices in Amazonian settings, given that they overturn the dominant tourism and heritage patterns and are thus, different from universal models that are abstractly built.

Keywords: Urban. Modern World. Cultural Heritage. Production of Space.

INTRODUÇÃO

A noção de patrimônio cultural historicamente esteve ligada a um conjunto de heranças materiais, reveladas em monumentos e estruturas arquitetônicas que deveriam ser repassadas, sem modificações, às gerações atuais e vindouras.

Para Choay (2017), o monumento histórico representava um conjunto de valores a serem rememorados, mas adquiriu o status de patrimônio histórico e artístico no decorrer do século XIX, com a ação preservacionista por parte do Estado francês ao promulgar legislações que visavam sua proteção, aliado a desdobramentos decorrentes da intensificação do mundo moderno materializado no desenvolvimento industrial e urbano que transformavam os espaços de cidades de forma avassaladora, ratificando a dinâmica de construção destrutiva, cujo maior exemplo foi a reformulação do espaço urbano de Paris.

Ainda para Choay, um dos marcos da transição paradigmática que aponta novas concepções e metodologias de restauro, preservação e uso do patrimônio diz respeito à “indústria cultural”, que a partir dos anos 1960 e relacionou-se às transformações sociopolíticas, econômicas e culturais oriundas da sociedade e do desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial com a sociedade de consumo.

Este período, para Lefebvre (1991), representou a emergência da sociedade do consumo dirigido e o espaço da cidade como objeto de reprodução capitalista, tendo o urbano sua estratégia ideológica de efetivação.

É a partir de tal contexto que discutimos o patrimônio cultural como produto da dialética que envolve a reprodução do mundo moderno e as práticas socioespaciais inerentes aos lugares de reprodução da vida, do cotidiano.

Vale ressaltar que a mundialidade efetivada pela dinâmica da construção construtiva não age num “espaço vazio” ou espaço tido como tábua rasa. Pelo contrário, é no cotidiano, subsumido e oprimido pelas forças turistificadoras e patrimonializadoras globais que a modernidade é abalada, em função de enraizamentos saberes, fazeres e socializações coletivas vinculadas ao meio físico.

Assim, num primeiro momento, enfatizamos a turistificação do patrimônio na cidade como parte de um projeto de efetivação do mundo moderno na construção do espaço de cidades. Tal reflexão foi embasada nos estudos de Lefebvre (1991, 2016), Carlos (2017) e Choay (2017).

Posteriormente, evidenciamos a lógica de cooptação e subsunção de espaços não urbanos (rurais e “naturais”) e a dinâmica de “implosão” e “explosão” de metrópoles decorrentes da urbanização e industrialização que reverberaram na intensificação da turistificação. Tal problemática é apoiada, especialmente, em reflexões de Carlos (2017), Lefebvre (2016), Santos (2014a, 2014b), Henrique (2009), com a “disneyficação da natureza”, Diegues (1996), com o neomito da natureza intocada, e Costa (2015), a partir da dialética de construção destrutiva. Ressalta-se que relacionamos

os fenômenos urbanos citados à realidade de Belém e, conseqüentemente, a inserção da ilha de Mosqueiro no processo de turistificação do patrimônio.

Destacamos a necessidade de edificação de “Uma Alternativa Possível” pautada no combate e resistência à lógica do urbano que atua descaracterizando os locais e patrimônios culturais

de grupos subalternos na Amazônia. Neste sentido, consideramos relevante pensar projetos de turismo patrimonial a partir de práticas socioespaciais cotidianas de sujeitos locais como uma utopia de valorização de saberes e sociedades locais.

O lócus deste estudo refere-se à comunidade extrativista Tucumandeua, situada na ilha de Mosqueiro-Pa, que está inserida numa Unidade de Conservação denominada Parque Ambiental Municipal de Mosqueiro. A pesquisa teve um caráter qualitativo, unindo pesquisa bibliográfica e trabalho de campo.

Os resultados demonstraram que o “turismo-patrimonial” desenvolvido em pequenas comunidades extrativistas na Amazônia deve ter por base dois fundamentos: o primeiro diz respeito à necessidade de os roteiros e os passeios turísticos serem geridos pelos próprios comunitários e estarem vinculados às práticas cotidianas de trabalho e produção cultural, para que não sejam forjadas ações, cenários e animações que funcionem como grandes espetáculos desvinculados do dia-a-dia das comunidades. O segundo aponta para a possibilidade de questionamento da ordem patrimonial e turística existente, dando visibilidade aos patrimônios de povos amazônicos subalternizados e invisibilizados, valorizando imagens, coisas, fazeres, saberes e enraizamentos espaciais singulares desvinculados de padrões unicamente comerciais, universais, monoculturais e coloniais, mas que representem a polissemia de sentidos e multiplicidades socioespaciais da região.

O MUNDO MODERNO E A ESPETACULARIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Nossa tese inicial diz respeito à premissa que o patrimônio cultural é produto do mundo moderno, pois vem sendo construído como desdobramento da dinâmica capitalista de reprodução do espaço turístico-patrimonial na cidade e fora dela, mas que pode servir como processo de ratificação de valores amazônicos que contestem bens patrimoniais instituídos como imutáveis.

O Mundo Moderno interpretado por Capra (2006) apresenta dois paradigmas: o da física mecânica, representado por um universo formado por uma grande máquina newtoniana, cujos fenômenos socionaturais seriam investigados de maneira fragmentada, compartimentada, mensurada, quantificada, deduzida de forma matematizada e pautada em generalizações; e o da física quântica, baseado no holismo, perspectiva sistêmica da vida, relatividade e simultaneidade de eventos. Esse último gradativamente estaria solapando o primeiro.

O paradigma mecânico dominante, conforme apontam Santos e Meneses (2010), seria perceptível pela observância de uma linha abissal que impõe uma colonialidade epistemológica que separa o conhecimento científico de outras expressões de saberes. Segundo os autores, a ciência e o direito são os maiores ícones da linha abissal do mundo moderno, pois regulam, regram, restringem e separam o conhecimento científico e institucional das demais expressões de conhecimentos. Contudo, os autores descrevem uma ecologia de saberes que une senso comum e conhecimentos sensível, artístico, religioso e filosófico como uma das bases da fissura imposta à linha colonial abissal.

Partindo da premissa de que o mundo moderno representa um projeto de classe burguesa, hegemônico e capitalista que possui vertente social, econômica, cultural e espacial, Harvey (2013) evidencia uma mudança significativa da era moderna com a aceleração e compressão

espaço-tempo, especulação do capital financeiro e do reforço à imagética da arte e estetismo arquitetônico que valoriza suntuosidades em grandes obras urbanas.

Para Lefebvre (1991), o mundo moderno tem seus pilares assentados na intensificação do processo de urbano-industrialização que transformou o espaço de cidades em locais de produção, ultrapassando, assim, a produção restrita ao interior de fábricas e não estando limitada unicamente à produção de objetos tidos como mercadorias, mas desdobrada em produção de subjetividades com a difusão de valores que buscam tornar o ato de existir uma relação de consumo.

A modernização do espaço da cidade decorrente da urbano-industrialização atua modificando as estruturas arquitetônicas e símbolos da cidade antiga que passam a adquirir novos sentidos ao serem qualificados pela propaganda advinda da economia do patrimônio e do turismo como espaços e estruturas que devem ser preservadas por apresentarem fragilidades, excepcionalidades, raridades e belezas inerentes às suas formas. Trata-se de uma estratégia de revalorização de uso do solo e valoração de objetos que a cidade possui para serem comercializados na sociedade de consumo.

A reestruturação produtiva capitalista na cidade é observada no desenvolvimento de grandes obras de infraestrutura (pontes, túneis, elevados, corredores destinados a transporte de fluxos rápidos, espaços de lazer e visitas, entre outros) em que o Estado possui papel fundamental ao permitir a reprodução do capital privado inscrito na ação de empreiteiras, construtoras, imobiliárias, bancos, mercado turístico, comércio de espaços destinados ao consumo de patrimônios, gastronomia etc.

Cada fração da cidade é inserida na lógica produtiva totalizadora capitalista de produção do espaço. É neste contexto que as áreas de centros históricos, parques ambientais, shoppings e locais de lazer são tidos como frações espaciais destinadas ao comércio e ao reforço à mentalidade urbana pautada na realização de negócios, posto que “o núcleo urbano torna-se assim produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar” (LEFEBVRE, 2016, p. 21).

De acordo com Carlos (2017), o patrimônio faz parte da lógica da mercantilização de usos do solo e efetivação do consumo ao ser tratado como um álibi de valorização de áreas urbanas anteriormente decadentes, consolidando uma estratégia de re-inserção de frações espaciais e objetos na ordem produtiva capitalista da cidade por parte de alguns agentes econômicos, pois ao ser tratado “como objeto de consumo, o espaço aparece em sua monumentalidade com suas características materiais /naturais passíveis de serem vendidas e consumidas...” (CARLOS, 2017, p. 31-32).

Ressalta-se que a espetacularização de partes da cidade construídas como “museus a céu aberto” ou como símbolos de lazer, em países pobres, resultam em segregações socioespaciais, pois camadas de maior poder aquisitivo aproveitam as benesses ofertadas pelos locais dotados de infraestrutura para a promoção do turismo cultural, enquanto as populações pobres pouco aproveitam e cultivam os valores inscritos em espaços projetados artificialmente e distantes de suas realidades.

O mundo moderno reproduzido na cidade busca incessantemente subsumir, constranger, cooptar, capturar, subalternizar, administrar, controlar, regar e “pasteurizar” as práticas

socioespaciais cotidianas de sujeitos, conforme suas lógicas. Os atos de trabalhar e viver a cidade, praticar as férias, o lazer, descanso, deslocar-se e habitar tornam-se, pela ideologia do urbano, objetos e maneiras de consolidar o consumo (LEFEBVRE, 1991).

Na obra “Alegoria do Patrimônio”, Choay (2017) faz um resgate histórico do entendimento de patrimônio cultural na Europa, especialmente na França, revelando a mudança de sentido ao longo de séculos, culminando com a noção de patrimônio cultural como produto da “indústria cultural” expressa na espetacularização do patrimônio urbano. Para a autora, isso resultaria num “complexo de Noé”, em função da ampliação de tipificações de novos bens considerados patrimônios e pelo aumento abrupto de bens inscritos na lista do patrimônio mundial, refletindo numa “guerra excessiva” entre lugares que buscam ter o “selo” do patrimônio mundial para alavancarem a economia do turismo patrimonial.

A crítica de Choay não está restrita à manutenção arbitrária dos referenciais atuais que definem o patrimônio cultural a partir do glamour da arquitetura, beleza estética, monumentalidade e excepcionalidade. Pelo contrário, a autora tece velados questionamentos sobre o narcisismo eurocentrista que impregna o reconhecimento de bens que possuem relevância mundial, afirmando que o urbanismo tecnicista de caráter “protético” tem destruído o patrimônio cultural com a justificativa da necessidade de modernização da cidade e a intensa banalização da espetacularização do patrimônio.

Portanto, a forma como a cidade foi estruturada e como o patrimônio cultural tem sido concebido reforçam a estratégia de dominação urbana e colonização cultural imposta pelos países ricos, pois enfatizam valores arquitetônicos e culturais de realidades distantes de países pobres. Por outro lado, o mundo moderno tem construído a cidade e o patrimônio cultural como espaços da reprodução do capital e do consumo classista. Tal contexto é passível de crítica e de inversão se considerarmos a cotidianidade de sujeitos e o utopismo territorial baseado na resistência à ordem capitalista vigente.

OS ESPAÇOS NÃO CIDADINOS NÃO FOGEM À REGRA: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE TUCUMANDEUA, MOSQUEIRO-PA

Ao considerarmos o turismo como um dos desdobramentos, filamentos, ícones, manifestações ou segmentos da reprodução socioespacial do mundo moderno e o patrimônio cultural uma de suas vertentes na qual se realiza enquanto processo de troca e consumo, compreenderemos que ambos estão inseridos nas dinâmicas de “explosão” do tecido urbano de metrópoles.

Na perspectiva de Carlos (2017), o turismo no mundo moderno é uma variável importante da dinâmica de produção capitalista do espaço, à medida que favorece o consumo pela difusão de imagens fabricadas de lugares. Para a autora, a mediatização de lugares imprime um novo sentido à sua existência, pois:

Do ponto de vista da atividade turística, os lugares se vendem no mercado pela ênfase de uma particularidade criada ou re-dimensionada. Deste modo, pensar o “patrimônio” significa abrir a análise para a reprodução do espaço englobando cada vez mais o plano mundial (como tendência inexorável da sociedade), em que as particularidades do lugar podem ganhar significado num novo mercado de mercadorias. Aqui, especificamente, parcelas do espaço, mimetizados no

plano do edifício ou do pequeno fragmento do lugar, vendem-se – através de uma estratégia de marketing - um modo de vida (uma relação espaço-temporal) pretérito (CARLOS, 2017, p. 28).

Carlos considera que patrimônio, turismo e espaço estão amalgamados como representações produtivas do mundo moderno e que na atualidade adquirem novas nuances e conteúdos, sendo concebidos e consumidos como mercadorias.

O meio rural não foge à regra de cooptação pela industrialização e urbanização, passando a ser subordinado aos desdobramentos políticos e econômicos que ocorrem nas cidades. Ele é sujeitado à cidade pelo sistema urbano (estradas, redes de informações, comércio etc.) e pela ideologia do modernismo e desenvolvimento, inserindo-se na dinâmica de produção de espaços metropolitanos como locais que apresentam vantagens comparativas².

O turismo enquanto emanção da produção do espaço-mercadoria na cidade e no meio rural privilegia frações espaciais com potenciais de exploração econômica. Os locais patrimonializados são cooptados pelo turismo e são construídos como imagem-símbolos de espacialidades e temporalidades homogêneas, como se as historicidades sociais tivessem sido interrompidas num tempo-lugar pretérito específico, ou seja, o movimento de reprodução da sociedade estaria supostamente “congelado”, passando a serem entendidos como locais dotados de uma história ancestral e quase nenhuma relação com os tempo-espacos atuais.

A subordinação do meio rural à dinâmica do urbano ocorre pelos processos de origem citadina e são concebidos por Carlos (2016) e Lefebvre (2016) como “implosão” e “explosão” de metrópoles que reverberaram no aumento de influência do raio de ação do tecido urbano metropolitano e perda de funcionalidades de áreas centrais de cidades, em razão do surgimento de novos centros, sendo que tal dinâmica reforça o domínio da metrópole pelo processo de concentração na desconcentração. Dessa forma, o meio rural e os “espaços naturais” são subsumidos pelas totalidades socioespaciais urbanas.

Lefebvre (2016) considera que a relação cidade-campo é marcada por duas tendências: a primeira tem a ver com a existência de conflitos e tensões que ocorrem com a dominação imposta pela cidade em relação ao campo e a segunda é observada pela subalternização do modo de vida do campo pela força do urbano, à medida que:

A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo e às vezes dobrando-se ferozmente sobre si mesmas (LEFEBVRE, 2016, p. 79).

Assim, apesar da força totalizadora da cidade expressa pelo urbano, o campo resiste pelas suas singularidades socioespaciais à ação destrutiva econômica e cultural da modernidade.

O urbano, para Lefebvre (1991), atua no sentido de regular padrões de comportamentos, de práticas de trabalho, de habitar e de lazer. É neste contexto que o lazer enquanto manifestação do tempo livre subsume a ideologia capitalista de consumo. No meio rural,

2 Vantagens inerentes à existência dos mesmos, tais como: a disponibilidade de matérias-primas (água, solos, clima, recursos hídricos, minerais diversos etc.) e a localização geográfica privilegiada.

o turismo se materializa em práticas de lazer e é construído como um processo necessário para reintegrar o homem à natureza *in natura*, para que o mesmo possa regenerar-se da degradação do modo de vida nas cidades.

O lazer voltado à realização espiritual e como fuga do urbano, como descreve Santos (2014a), revela a mudança de sentido imposto ao meio natural que passa a ser tratado como objeto a ser comprado. Para o mesmo autor, “temos que comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados...” (SANTOS, 2014a, p. 64). Assim, a privatização da natureza pelo urbano transforma o lazer em objeto de consumo.

A atribuição de novos sentidos à natureza faz parte de uma política ampla ideologizadora que busca tornar os ambientes naturais locais de fomento e execução de atividades comerciais. Contudo, a privatização e espetacularização da natureza na sociedade contemporânea são representações de um processo que Henrique (2009) denominou de “disneyficação” do meio ambiente, ao distorcer um direito de todos com o acesso à natureza de forma equilibrada e voltada à qualificação da vida.

Para Sotratti (2013), a propaganda atua como variável importante e vetor de venda de lugares a serem turistificados, pois “tais imagens valorizam os conteúdos simbólicos expressos na construção de um imaginário coletivo do turismo calçado em realidades muitas vezes criadas pela propaganda turística” (SOTRATTI, 2013, p. 604).

Para Diegues (1996), o aprisionamento da natureza em parques ambientais ou em locais sem a presença humana corresponde a um “neomito” do mundo moderno, sendo propagandeado pela existência de uma suposta “natureza intocada”. Uma das estratégias de proteção da natureza utilizada por muitas nações tem sido a criação de “espaços naturais”. No Brasil, com a lei 9985 de 2000, foram instituídas Unidades de Conservação que apresentam áreas de Proteção Integral e de Uso Sustentável. A primeira prioriza o refúgio da vida silvestre e a não transformação de recursos minerais e biológicos existentes pelas ações humanas. Já a segunda baseia-se no “uso racional” do patrimônio natural e biológico.

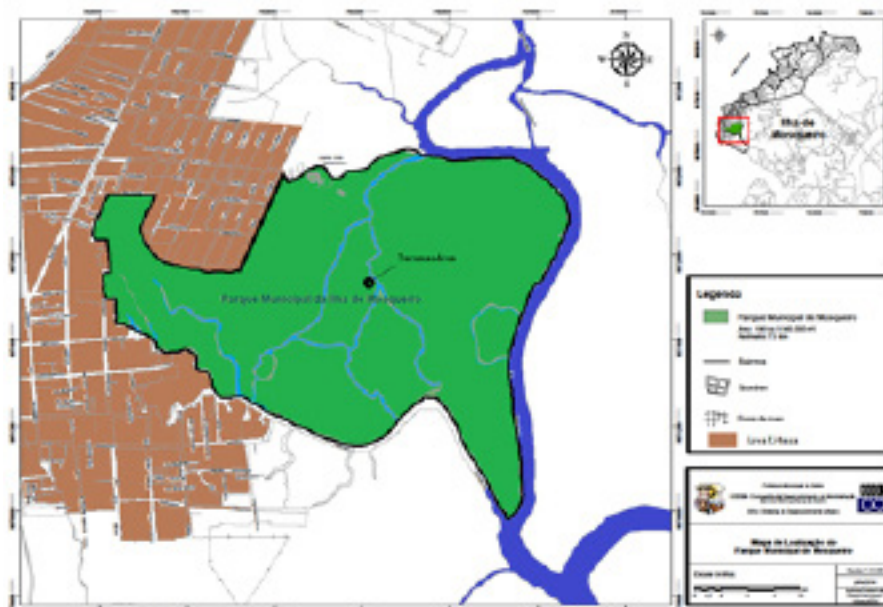
As Unidades de Conservação têm sido utilizadas controversamente para conservação do patrimônio cultural existente ao realizarem o “turismo ecológico” e priorizarem a intocabilidade da natureza, menosprezando populações endógenas existentes.

É neste contexto de proteção da natureza cooptada pelo urbano que certos locais onde habitam comunidades extrativistas tradicionais³ tornam-se lócus propícios para a realização de estudos que visem compreender como se dão as relações socioespaciais contraditórias que unem o global e o local na dinâmica de turistificação do patrimônio cultural.

Para tanto, selecionamos como lócus de estudo o Parque Ambiental Municipal de Mosqueiro, que é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. A figura 1 a seguir demonstra a área territorial de abrangência do Parque Municipal de Mosqueiro que é composta por extensões territoriais não urbanas e que reflete a tendência global de “aprisionamento da natureza” para ser utilizada como local de lazer e consumo do patrimônio cultural e natural.

3 Povoados que reproduzem seus cotidianos, socialização comunitária e práticas de trabalho em contato direto com a natureza.

Figura 1 – Limites Territoriais do Parque Municipal de Mosqueiro e a Localização da Comunidade de Tucumandeua



Fonte: Adaptado do Mapa Disponível pela Companhia de Desenvolvimento Metropolitano de Belém (CODEM), 2020.

Mosqueiro é uma ilha distante de Belém cerca de 76 Km, podendo ser acessada por via rodoviária através da BR-316 até a altura do trecho do município de Benevides, adentrando-se, posteriormente, à PA-391 ou por meio fluvial, por intermédio das Bahias do Marajó, Santo Antônio ou do Sol.

De acordo com o plano Diretor de Belém (PDTU, 2008), Mosqueiro é dividida em duas Macrozonas: a Macrozona de Ambiente Urbano (MZAU), que é composta por bairros urbanizados que, em sua maioria, possuem orlas e praias muito utilizadas na realização de turismo, banho e lazer; e a Macrozona de Ambiente Natural (MZAN), que é formada pelas áreas não urbanizadas. O Parque Ambiental de Mosqueiro está inserido na Zona de Ambiente Natural 2 Setor I, que corresponde às partes rurais das ilhas de Mosqueiro, Caratateua (Outeiro) e Cotijuba. Essa sub-Zona pertencente à MZAN do Plano Diretor apresenta as comunidades extrativistas do Espírito Santo, Caruarú, Tucumandeua, Itapeuapanema, Castanhal de Mari-Mari e Tabatinga (todas estão inseridas no Parque Municipal de Mosqueiro).

O poder público, no início dos anos 1990, implementou no interior do Parque Municipal de Mosqueiro o Projeto Turístico denominado “Trilha Ecológica Olhos D’água”, englobando as comunidades Mari-Mari e Caruarú. O projeto consistia num roteiro turístico organizado pela Coordenadoria Municipal de Turismo do Município de Belém (Belemtur) e esteve voltado ao fomento de observações de belezas naturais existentes, favorecimento do comércio e artesanato local e a perspectiva de geração de renda. Contudo, o projeto foi extinto no final dos anos 2000.

O Projeto Turístico “Olhos D’água” foi desenvolvido de forma hierárquica, sendo uma proposta advinda do poder público, com pouca participação local, acirrando a competição entre os comunitários e refletindo a imposição de um modelo de aproveitamento do patrimônio natural desvinculado do cotidiano de sujeitos locais, pois a ‘Trilha Ecológica’:

pouco contribuiu, como objetivava, para o envolvimento mais participativo das comunidades ou à sensibilização dessas ao ecoturismo, nem a noção básica sobre esse ramo do turismo ou mesmo sobre o próprio turismo que foi engendrado à população local pelo projeto de 2002 (TAVARES, 2005, p. 12).

O Projeto “Trilha Ecológica” demonstrou que a comunidade atuou como coadjuvante no processo turístico, realizando atividades práticas vinculadas à produção de farinha, mostra de artesanato, cultivo agrícola e extrativismo vegetal. Já o patrimônio natural foi apresentado de forma descritiva, “mecânica”, “artificial” e centrado em narrativas orais descontextualizados de práticas diárias de trabalho e interação social.

As comunidades extrativistas de Mosqueiro apresentam um conjunto de patrimônio cultural que pode ser utilizado na implementação de projetos turísticos endogenamente organizados e assentados nas cotidianidades existentes. Entre eles, podemos citar práticas religiosas, de trabalho e lazer.

Em Tucumandeua, o sincretismo religioso é identificado na crença da existência de seres inanimados, tais como: “Matinta Perera”, que assombraria a todos com assobios arrepiantes; “Lobisomem” e “Cobra-grande” – esta última habitaria os rios e teria dezenas de metros; “Curupira”, sendo um anão de pés invertidos; e o “Mapiguari”, que seria um gigante coberto de pelos que teria habitat na floresta; “Boto”, que se transformaria em homem etc. Há em cada comunidade uma pequena capela homenageando sujeitos santos reconhecidos pela igreja católica e que são padroeiros de cada comunidade. Entre elas temos a capela de Santa Rosa de Lima em Caruraú e Santa Maria em Maria-Mari. Essas divindades são utilizadas na realização de novenas, procissões religiosas, círios e festejos culturais.

A figura 2, a seguir, demonstra a realização do levantamento de mastros (de homens, de mulheres e de crianças), que seriam homenagens de cada grupo ao padroeiro da comunidade Tucumandeua: “São João”. Este evento envolve todas as comunidades extrativistas existentes e atua fortalecendo a identidade local e os patrimônios imateriais ancestralmente edificados.

Figura 2 – Levantamento de mastros em Tucumandeua – Mosqueiro-Pa



Fonte: Arquivo do Pesquisador: 23/06/2018.

O que está posto é a necessidade de valorização do patrimônio cultural existente nas comunidades, considerando suas temporalidades e espacialidades, dinâmicas culturais e cotidianidades de sujeitos. Por outro lado, quando o poder público cria, desenvolve e regula práticas turísticas que não obedecem às dinâmicas socioespaciais das comunidades de Mosqueiro, reforça somente o processo que Henrique denominou de “dysneificação da natureza”, representado pela realização de práticas turísticas que tratam as belezas naturais como paisagens raras e obras de arte a serem observadas por grupos sociais de origem urbana.

A parte rural de Mosqueiro, no Plano Diretor de Belém, foi concebida como espaço de turismo e lazer e como única alternativa à geração de renda local. A difusão do ideário de que as áreas rurais e “naturais” de Belém representam o refúgio, a fuga da cidade, locais de lazer e turismo, faz parte da ideologia difundida pelo mundo moderno, que tem no urbano uma das estratégias de construção destrutiva, pois “destrói-se” o modo de vida local e passa a ser construído como expressão do urbano, conforme aponta Lefebvre (2016).

Para Costa (2015), a lógica de construção destrutiva é operacionalizada pelos agentes que comandam a *patrimonialização global*⁴ e acaba sendo “o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovida pela dialética Estado-mercado sobre as bases da técnica, da ciência e da informação; em síntese, é um processo de ressignificação dos lugares da cultura e da natureza em escala planetária” (COSTA, 2015, p. 35).

UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL

Os espaços tidos como “naturais”, ao serem subsumidos pela lógica e ideologias da civilização urbanizada, iluminista e burguesa, podem ser compreendidos como locais de críticas e resistência ao modelo científico, técnico e industrial dominante, ao serem concebidos e construídos, o que Santos (2010) denominou de locais de dominância da “ecologia de saberes”, ou seja, como práxis utilitária e utópica que une holisticamente diferentes expressões de saberes emanados de “Epistemologias do Sul”, como subversão e volta aos conhecimentos colonizados e subalternizados.

Nigro (2010) afirma que existe uma estreita relação entre o desenvolvimento do turismo e o processo de patrimonialização que são marcados pela museificação, espetacularização de lugares, desvinculação do conteúdo histórico e cultural, ênfase à estética de paisagens, mercantilização do patrimônio, menosprezo pelas questões sociais que são invisibilizadas no consumo turístico do espaço e reinvenção simbólica de tradições que são capitalizadas como processos que geram distrações que alimentam um enredo festivo.

Pelo fato de a Amazônia possuir imensas reservas biológicas, florestais e uma grande diversidade de recursos naturais, ela tem sido promovida pelo marketing como “paraíso verde” a ser conservado e visitado. Tais imagens abordam a realidade regional de forma fragmentada e sem historicidade socioespacial.

4 A Operacionalizada pelos “arquitetos do mundo” expressos no Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em espaço de populações tradicionais, a prática turística tem aproveitado as potencialidades naturais para a realização do turismo ecológico. Essa dinâmica cria imgeticamente o espaço distante da presença do homem e reforça o que Santos (2014b) considera como comercialização da natureza, mostrada como um objeto exterior ao homem, elaborada como desejo de consumo.

De acordo com Pinto e Irving (2017), os sítios naturais compostos por montanhas, mares, vulcões, cavernas, sítios arqueológicos, florestas, pedras, entre outros, têm sido imaginados como locais excepcionais e de “apartheid” que envolve homem e natureza, à medida que os últimos não são reconhecidos pelos seus valores ancestrais decorrentes da significação de elementos naturais existentes.

Silberman (2016) relata que cada vez mais o patrimônio tem sido utilizado como interpretação de arqueologia pública e o comércio do passado tem sido focado na comercialização imagética de sítios, cujos locais têm servido a interesses econômicos específicos:

A definição do patrimônio está cada vez mais baseada nas considerações econômicas, seus gestores devem, agora, lidar com a feroz competição do mercado, pelo tempo do lazer dos visitantes, cujas alternativas vão desde a montanha, cinema ou praias (SILBERMAN, 2016, p. 56).

Silberman tece crítica à ação perversa da turistificação que ratifica a noção do patrimônio mundial como produto de uma cultura homogênea que deve ser compartilhada com toda a humanidade, expressando a globalização de uma cultura mundial que forja, constrange e pressiona por uma mudança de valores.

Medeiro et. al. (2004), ao analisar a institucionalização política e administrativa da proteção da natureza no Brasil, indica que os modelos de preservação e conservação ainda carecem de aprimoramentos, mas dão base para criar novos caminhos, especialmente os vinculados à amenização de conflitos decorrentes de ações protetivas governamentais e as demandas de comunidades locais, pois:

Estes conflitos, em sua grande maioria, se estabelecem em função da dissonância de Políticas Públicas, que resulta, freqüentemente, no direcionamento de uso do mesmo espaço geográfico e apropriação da terra para diferentes formas de uso (cultivo, extrativismo, caça, exploração da madeira, implantação de assentamentos e áreas indígenas, construção de estradas, exploração mineral, etc.), formas estas que contrariam o estatuto de proteção da área em questão (MEDEIROS, 2004, p. 92).

Assim, o patrimônio passa a ser configurado para o turismo como a possibilidade de reprodução ampliada de lucros por importantes setores do capital. A economia turística trata a natureza como produto ou objeto turístico de valor econômico e os comercializa.

Cruz (2012) considera que a produção do espaço turístico tem essência contraditória que pode ser identificada em diversos contextos, um deles diz respeito à “patrimonialização do patrimônio imaterial”, que iria de encontro à ênfase da salvaguarda de bens materiais, além do fato de a sociedade e espaço estarem em constante transformação, o que implicaria num “congelamento” do patrimônio imaterial, reverberando no seu aprisionamento ao interromper seu movimento cultural inerente de transformação em favor da mercantilização turística.

A construção de um contramovimento patrimonial e turístico de base local, comunitário, amazônico e subalterno pode favorecer processos de resistência frente à subjunção

ideológica e cotidiana imposta pelo urbano como mundialidade, que ignora as heterogeneidades socioespaciais que marcam a região. Segundo Costa (2017, p. 56), o *utopismo patrimônio-territorial* se configuraria como “uma estratégia contra a invisibilidade de grupos subalternizados no desenrolar da modernidade/colonialidade”.

A possibilidade de realização da práxis territorial que une utopia e práticas socioespaciais endógenas pode ser consolidada com a valorização da cultura e patrimônios culturais locais de populações extrativistas. No contexto de Tucumandeuá, a realização da pesca, conforme demonstra a figura 3, expressa o patrimônio natural (rio) e o imaterial vinculado ao cultivo de um conjunto de saberes sobre a natureza: o saber observar a maré, o saber deslocar-se no rio, o saber lançar a rede e o saber capturar o peixe. Assim, a prática de trabalho inscrita na pesca une materialidade e imaterialidade patrimoniais que podem ser utilizados em atividades turísticas sem comprometer as cotidianidades locais, dissociando-as, assim, da mera espetacularização do patrimônio e de valorização patrimonial local.

Figura 3 – Pesca no Rio Mari-Mari (trecho de Tucumandeuá)



Fonte: Banco de dados do pesquisador, 2019.

A figura 4 revela um ilhéu manipulando a massa de mandioca para a produção de farinha, no sítio da “D. Fátima e Sr. Deus”, situado em Tucumandeuá. O ilhéu informou que a produção de farinha leva bastante tempo, perpassando pelo preparo do solo para cultivo da mandioca, o cultivo em si, o saber colheitar, descascar, deixar as raízes descansarem em água represada, o amassar, triturar, coar, assar e o saber o ponto da “fornada”. Ele esclarece que tal atividade não poderia ser feita de forma forjada e destinada a registros fotográficos por parte de turistas.

Figura 4 – Produção de farinha no sítio da “D. Fátima e Sr. Deuso”



Fonte: Banco de dados do pesquisador, 2019.

Assim, a construção de práticas turísticas sedimentadas no aproveitamento de patrimônios que marcam as espacialidades de populações locais amazônicas pode representar um contramovimento de cunho epistêmico, territorial e subalterno que tem base no protagonismo de práticas socioespaciais endógenas e cotidianas, na valorização de espaços locais amazônicos e na crítica à espetacularização e mercantilização de espaços que expressem a perversidade da reprodução capitalista do mundo moderno estruturado no urbano como modelo a ser replicado.

CONCLUSÃO

A realização de atividades turísticas baseadas no aproveitamento do patrimônio cultural (material, natural e imaterial) na região Amazônica pode ser pensada a partir da consideração de cotidianidades territoriais endógenas de populações locais. Essa possibilidade configura-se como uma estratégia de inversão de prioridades, destacando as diversidades socioculturais, espaciais, patrimoniais e naturais regionais.

O *utopismo patrimonial* proposto por Costa (2016) para a América latina indica um dos filamentos socioespaciais patrimoniais e turísticos assentados na realização de roteiros em locais urbano e rurais que visam combater a colonialidade do poder ao potencializarem a realização de ações territoriais alternativas focadas na liberdade de iniciativas e em novos comportamentos situados na resistência às práticas predatórias que estigmatizam o território de povos latino-americanos historicamente marginalizados pela ciência e pelo urbano apregoados pelo mundo moderno.

Consideramos fundamental a valorização de patrimônios culturais subalternizados e invisibilizados quando as práticas turísticas forem realizadas em comunidades locais, devendo as mesmas evidenciar as variadas temporalidades socioespaciais amazônicas não referenciadas em valores que repliquem os modelos dominantes.

É preciso estar atento à comercialização de processos, imagens e objetos singulares como exóticos a serem consumidos em locais excepcionais e dotados de beleza estética. Os valores tidos como mundiais não podem subsumir os endógenos. A cada comunidade, as práticas socioespaciais, a natureza, o simbólico, o patrimônio e o cotidiano mudam e resistem a padronizações e massificações. É fundamental identificá-los e cultivá-los. O caminho para tal feito está estruturado no cotidiano, nas práticas de trabalho, produção de cultura e nas interações tecidas com a natureza, ou seja, no ato de reproduzir patrimônios culturais locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELÉM. *Plano Diretor*. <http://planodiretor.belem.pa.gov.br/> 2008. Consultado em: mar. 2020.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Ed. Cultrix. 2006.

CARLOS, Ana Fani A. A Prática Espacial Urbana como Segregação e o “Direito à Cidade” – (94-110 p.). In: VASCONCEOS, Pedro de A. (org.); CORRÊA, Roberto L. (org.); PINTAUD, Silvana M. (org.). *A Cidade Contemporânea: segregação espacial*. 1ª ed.; 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto. 2016.

CARLOS, Ana Fani A. Turismo e Patrimônio: um aporte geográfico. In: PAES, Maria Tereza Duarte (org.); SOTRATTI, Marcelo Antônio (org.). In: *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural* – São Paulo: Annablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 6. ed. São Paulo: Unesp, 2017.

CODEM. *Parque Municipal de Mosqueiro*. Disponível em: <http://codem.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Parque-Municipal-de-Mosqueiro.pdf>. Consultado em: mar. 2020.

COSTA, Everaldo Batista da. *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana-totalidade-mundo*. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015.

COSTA, Everaldo Batista da. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *CUADERNOS DE GEOGRAFIA | REVISTA COLOMBIANA DE GEOGRAFIA* | Vol. 26, n.º 2 jul.-dic. del 2017 | ISSN 0121-215X (impresso) · 2256-5442 (en línea) | BOGOTA, COLOMBIA | PP. 53-75. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n2/0121-215X-rcdg-26-02-00053.pdf>. Consultado em: nov. 2019.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. da. *Patrimonialização do Patrimônio: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço*. Geosp - espaço e tempo, são paulo, nº 31, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/download/74255/77898/>. Consultado abr. De 2019.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *A vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*; [tradução Cristina C. Oliveira] Itapevi, SP: Nebli, 2016.

HENRIQUE, Wendel. *O Direito à Natureza na Cidade*. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p.

MEDEIROS, Rodrigo. IRVING, Marta de Azevedo. GARAY, Irene. *A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção*. *REVISTA DE Desenvolvimento Econômico*. p. 83- 93. v. 6, n. 9, 2004. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/115>. Consultado em: ago. 2019.

NIGRO, Cíntia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.

PINTO, Érika Fernandes. IRVING, Marta de Azevedo. *Sítios Naturais Sagrados: valores ancestrais e novos desafios para as políticas de proteção da natureza*. Biblioteca Digital de Periódicos. Vol. 40 – 2017. Disponível em: [HTTP://dx.doi.org/10.5380/dma.v.40io.47843](http://dx.doi.org/10.5380/dma.v.40io.47843). Consultado em: jan. 2019.

SANTOS, Milton. *O Espaço Cidadão*. 7ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico, científico e informacional*. 5ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza (org); MENESES, Maria Paula (org). *Epistemologias do Sul*. – São Paulo: Cortez, 2010.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. *As Ideologias Espaciais e o Patrimônio Cultural: imagem e promoção turística. espaço & geografia*, vol.16, no 2 (2013), 601:625. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/271> . Consultado em: out. 2019.

SILBERMAN, Neil. A. (Org.); Carvalho, Aline (Org.); FUNARI, Pedro P(Org.). *Desafios para o Patrimônio Mundial: em busca de novas práticas*. Jundiá. Paco Editorial, 2016.

TAVARES, Maria Goretti da C; GOMES, Kleber dos Santos; COSTA, Maria Augusta Freitas; RIBEIRO, Willian de Oliveira. *Turismo e Desenvolvimento Sócio-espacial na Amazônia Brasileira: o caso da ilha de Mosqueiro, Belém, Pará, Brasil*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. p. 15672 -15694 Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/25.pdf>. Consultado em: out. 2018.